

COLEGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE

Estudo Técnico Preliminar 8/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64251.000733/2026-12

2. Descrição da necessidade

Aquisição de CARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO para atender as necessidades do Colégio Militar de Campo Grande e Unidades Gestoras Participantes do Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos (GCALC) do Comando Militar do Oeste - GCALC/CMCO - Guarnição de Campo Grande-MS, Órgãos Participantes.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UND MEDIDA	QTDE	Menor Preço	Mediana	Maior Preço	Valor Referencial	VALOR TOTAL
1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (À GRANEL)	KG	7000	R\$ 10,11	R\$ 10,63	R\$ 15,96	R\$ 10,63	R\$ 74.410,00
2	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (P13)	13 KG	1	R\$ 148,82	R\$ 170,00	R\$ 185,00	R\$ 170,00	R\$ 170,00
3	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (P45)	45 KG	1	R\$ 520,00	R\$ 535,00	R\$ 550,00	R\$ 535,00	R\$ 535,00
4	CARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO P 20, NORMAS TÉCNICAS ABNT 8.460	KG	1	R\$ 205,00	R\$ 321,86	R\$ 485,00	R\$ 321,86	R\$ 321,86
VALOR TOTAL								75436,86

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Aprovisionamento do CMCG	MARILIA DE LIMA MENDES RAMOS - 1º Ten OTT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.1.1. No caso de exercício de atividade de Posto Revendedor de GLP: Certificado de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo 3º da Portaria ANP nº 709, de 14 de novembro de 2017, dentro do prazo de validade; (texto incluído pelo órgão).

4.1.2. Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021: comprovante de registro no cadastro técnico federal de atividade potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, acompanhado do respectivo certificado de regularidade válido nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da instrução normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata.

4.1.3. A apresentação do certificado de regularidade será dispensada, caso o pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online do sitio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

4.2. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

4.2.1. Valores unitários: conforme constante neste Termo de Referência;

4.2.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item;

4.2.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital; r

4.2.4. O preço proposto deverá incorporar todas as parcelas que onerem o valor final do produto/material, tais como, fretes,

4.3. impostos, seguros, despesa com prestação de garantia etc., devendo ser expresso em moeda nacional.

Os GPLs adquiridos deve ser enviado aos endereços que estarão descritas no Termo de Referência deste Órgão Gerenciador e das Unidades Militares Participantes.

4.5. Quaisquer dúvidas técnicas quanto à descrição envolvendo o referido item do Edital, poderão ser dirimidas através de contato com a Seção de Licitações e Contratos, pelo e-mail salc@cmcg.eb.mil.br.

4.6. Da Sustentabilidade

4.6.1 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.6.2 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.6.3 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.6.4 Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

4.6.5 Além dos critérios já mencionados deverão ser observados no que couber o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 7ª edição/outubro de 2024 confeccionados pela Câmara Nacional de Sustentabilidade em parceria com AGU/CJU podendo ser acessado pelo link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf>.

4.6.6. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

4.6.7. Em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 11, inciso IV e art. 25, inciso II), bem como com as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), a presente contratação de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) adota critérios e práticas voltadas à minimização dos impactos ambientais, à promoção da responsabilidade social e à eficiência econômica.

4.6.8. estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, CONSULTORIA GERAL DA UNIÃO Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021;

4.6.9. possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA (este último se for o caso);

4.6.10. possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.6.11. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, **deverá:**

4.6.11.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

4.6.11.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.6.11.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.6.12. O COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE na Guarnição de Campo Grande - MS em reunião do GCALC em dezembro de 2025, conforme o Plano anual de contratações do Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos (GCALC), recebeu a incumbência de realizar o Pregão de Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo para atender as necessidades das Unidades Militares de Campo Grande, MS subordinados ao CMO.

4.6.13. O Gás Liquefeito de Petróleo, é o elemento necessário para confecção/cozimento e preparo da alimentação a fim de subsidiar o café da manhã, merenda escolar, almoço, jantar e ceia para os militares, de modo a garantir a continuidade das atividades administrativas, operacionais e de instrução.

4.6.14. No âmbito do Exército Brasileiro, cabe ao Comando Logístico (COLOG), por meio da Diretoria de Abastecimento (D Abst), gerenciar a atividade de suprimento Classe I, controlando o fornecimento de alimentação em rancho aos militares autorizados, em consonância com o estabelecido na legislação vigente.

4.6.15. A relação de itens de no certame está de acordo com a Portaria - D Abst/COLOG/C Ex Nº079, de 30 de abril de 2021, que aprova o Catálogo que relaciona os gêneros de alimentação complementares que devem ser adquiridos diretamente pelas Organizações Militares (OM) que possuem rancho

organizado, os quais são definidos como Quantitativo de Rancho (QR). A aquisição centralizada de Gás GLP encontra-se respaldado na Portaria Nº 144-SEF/C Ex, de 19 de julho de 2021 - Normas para a Organização e o Funcionamento dos Grupos de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos (GCALC) de Bens e Serviços Comuns (EB90-N-08.007), 1ª Edição, 2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Da Pesquisa de Preço:

5.1.1 Considerando que o Colégio Militar é o Órgão Gerenciador para o objeto pretendido, todo levantamento de mercado foi realizado por esta Unidade Militar, não sendo necessário que os Órgãos Participantes realizem pesquisa de preço, uma vez que só serão admitidos as Unidade Militares da Guarnição de Campo Grande - MS.

5.1.2 Foi realizada a pesquisa de preços observando o art. 5º da IN 65/2021 – SEGES/ME, por meio do Sistema Compras Governamentais no módulo Pesquisa de Preço. As demais informações são as que constam no relatório de Pesquisa de Preço, nos autos do processo.

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para que se alcance todos os efeitos desejados, espera-se que os fornecedores cumpram seu papel atendendo todas as orientações contidas no Edital e Termo de Referência e que sejam descentralizados os valores necessários para a correspondente execução.

6.2. A opção por realizar a licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP, mostra-se a mais adequada à natureza do objeto, por tratar-se de bem comum que pode ser objetivamente descrito, com especificações padronizadas e usualmente disponíveis no mercado. O Pregão Eletrônico proporciona maior competitividade e transparência, reduz custos operacionais, amplia o número de participantes, inclusive de outras localidades e confere maior agilidade e economicidade ao processo licitatório.

6.3. O objetivo deste ETP é proporcionar a escolha da melhor solução em termos de eficiência, eficácia e efetividade, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda.

6.4. Conforme pesquisa de mercado, a aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) ainda é a opção mais vantajosa em comparação ao gás natural devido a sua disponibilidade, rede de distribuição, facilidade de uso, controle de custos, etc.

6.5. Não se vislumbra outra forma que não seja a aquisição de gás liquefeito e vasilhame, cujo fornecimento se dará por empresa especializada do ramo e devidamente autorizada a exercer esta atividade.

6.6. O uso do GLP como fonte de energia para cozinhas oferece diversas vantagens em termos de praticidade e segurança, por se tratar de um combustível limpo e de fácil armazenamento, o GLP é uma opção ideal para o preparo de alimentos, garantindo uma operação mais eficiente e econômica.

6.7. Além disso, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de GLP permite a este Estabelecimento de Ensino contar com um serviço de qualidade, com entregas regulares e programadas de acordo com a demanda, isso evita possíveis interrupções no abastecimento e garante o pleno funcionamento da cozinha nas instalações.

6.8. Do ponto de vista qualitativo e econômico mostra-se viável o fornecimento parcelado conforme entrega de autorização de fornecimento.

6.9. A aquisição integral apresenta desvantagens quanto ao acondicionamento dos materiais bem como impacto no fluxo do recurso financeiro, diante desses fatores, a escolha pela contratação de uma empresa para fornecimento direto de GLP se mostra como a melhor solução para atender às necessidades, garantindo eficiência operacional, segurança e qualidade.

6.10. Não se vislumbra outra forma que não seja a aquisição de gás liquefeito, cujo fornecimento se dará por empresa do ramo e devidamente autorizada a exercer esta atividade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas consta como apêndice "a" anexo a este ETP.

7.2. A estimativa das quantidades para o COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE, foram levantadas com base em aquisições realizadas nos 3 (três) últimos anos. Será confeccionado uma memória de Cálculo afim de demonstrar a estimativa necessária, bem como será incluído o relatório SISCOFIS como forma de ratificar as quantidades já empenhadas dos últimos 3 (três) anos.

7.3. Na memória de cálculo constará uma legenda que indicará as justificativas das necessidades pretendida em relação as quantidades existentes.

7.4. As aquisições pretendidas levam em conta a necessidade de funcionamento das atividades-fim e meio do Colégio Militar de Campo Grande, que pretende conservar a continuidade das rotinas Logística que lhe é atribuída. Nesse sentido, esta Unidade Gestora vem recebendo, regularmente, missões de apoiar outras Unidades Militares com refeições, com efeito consumo de GLP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 75.436,86

8.1. A estimativa do valor da contratação é **R\$ 75.436,86 (setenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta e seis centavos)** O valor total estimado do certame, com as quantidades das Unidades Gestoras participantes serão informados no Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

9.2 O parcelamento do objeto nos certames licitatórios é assunto sumulado pelo Tribunal de Contas da União, nos seguintes termos:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (Súmula nº 247-TCU)

9.3. É sabido que o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada, por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas de seu interesse ou possibilidade.

9.4. Por se tratar de materiais que possuem natureza divisível e possuem as características mencionadas acima, opta-se pelo critério do parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não verifica-se contratações em que somos participantes com o mesmo objeto pretendido, assim inexisti contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O presente processo encontra -se alinhado com o Plano Anual de Contratações publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas no link <https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2026>, PAGINA 45, e também alinhado com o plano estratégico do Comando Logístico (COLOG), e o COLÉGIO MILITAR DE CMPO GRANDE (CMCG).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Dentre os resultados que se busca alcançar com os itens pretendidos é realizar a cocção dos alimentos, a fim de dar condição aos militares de exercerem suas funções com maior eficiência, combinado com maior agilidade no cumprimento da missão do CNGC.

12.2. Espera-se que o COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE e o Setor de Aprovisionamento fiquem em condições de cumprir as missões que forem designadas, sobretudo na aplicação do recurso público, a fim de garantir a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Medidas de monitoramento junto ao fornecedor, visando a entrega do produto em seu local de entrega determinado, e seguindo as condições da presente licitação. Medidas adotadas possíveis são, contato direto com fornecedor, verificação da capacidade de entrega e demais providências julgadas cabíveis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deverá ser dada atenção especial às exigências legais de órgão fiscalizadores e certificadores de materiais e equipamentos, conforme a natureza daquele material, em cumprimento à todas as normas vigentes cujo propósito seja a redução ou o impedimento da ocorrência de impacto para o ambiente.

14.1.2. As demais medidas de tratamento ou de mitigação para minimizar os impactos ambientais são aquelas que constam no item 4 deste ETP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARILIA DE LIMA MENDES RAMOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 10:09:32.

AGNALDO JOSE HELEODORO DE ARRUDA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 15:40:08.

Despacho: Aprovo o Estudo Técnico Preliminar realizado pelos militares acima listados, que servirão de fundamento para contratações posteriores.

ADELMO DE SOUSA CARVALHO FILHO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 11:43:19.